



PODER JUDICIÁRIO / JUSTIÇA FEDERAL / SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROCESSO SELETIVO DE CANDIDATOS A ESTÁGIO NA JUSTIÇA FEDERAL
– EDITAL 001/2016 –

Realização:



CADERNO DE QUESTÕES

CURSO: DIREITO

DATA: 28/02/2016

HORÁRIO: 08 às 13 horas

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES

☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 40 (quarenta) questões objetivas do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta e uma questão **questão discursiva**. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**

☒ As questões objetivas estão assim distribuídas:

DIREITO CONSTITUCIONAL: 01 a 05

DIREITO CIVIL: 06 A 10

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: 11 a 15

DIREITO ADMINISTRATIVO: 16 a 20

DIREITO PENAL: 21 a 25

DIREITO PROCESSUAL PENAL: 26 a 30

DIREITO TRIBUTÁRIO: 31 a 35

DIREITO PREVIDENCIÁRIO: 36 a 40

☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.

☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.

☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

NOME COMPLETO (legível ou em letra de forma)

ASSINATURA

INSCRIÇÃO:

Reservado para Copese:

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. As Propostas de Emendas à Constituição (PEC), para adquirirem validade e serem incorporadas no ordenamento jurídico brasileiro, precisam passar por um processo de alteração mais rígido, sendo necessário que:
- (A) haja proposta de emenda subscrita por pelo menos um terço dos membros da Câmara dos Deputados ou por pelo menos um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação.
 - (B) a proposta de emenda seja necessariamente proposta pelo Presidente da República.
 - (C) a proposta de emenda seja discutida, votada e aprovada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quartos dos votos dos respectivos membros.
 - (D) a proposta de emenda não disponha sobre determinados núcleos materiais tidos como imutáveis, a saber: forma federativa de Estado e regime de governo;
 - (E) a proposta de emenda, uma vez discutida, votada e aprovada, seja promulgada pelo Senado Federal, prescindindo de qualquer sanção presidencial.
02. É INCORRETO afirmar sobre os direitos e garantias fundamentais:
- (A) Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição.
 - (B) É livre a manifestação do pensamento, inclusive o anonimato.
 - (C) É assegurada a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva, nos termos da lei.
 - (D) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.
 - (E) A lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.
03. Em relação ao Poder Judiciário, é CORRETO afirmar:
- (A) Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal Justiça, Tribunais Regionais Federais e do Trabalho e Conselho da Justiça Federal são considerados órgãos do Poder Judiciário, previstos no art. 92 da Constituição.
 - (B) Lei Complementar, de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, disporá sobre a promoção de entrância para entrância dos magistrados, alternadamente, por antiguidade e merecimento.
 - (C) Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais será composto de membros do Ministério Público Federal e de advogados de notório saber jurídico, ambos com mais de dez anos de carreira ou de efetiva atividade profissional.
 - (D) Os juízes gozam da garantia da vitaliciedade, sempre adquirida após dois anos de exercício, qualquer que seja a forma de investidura no cargo de magistrado.
 - (E) Somente pelo voto da maioria simples de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.
04. É CORRETO afirmar sobre a Justiça Eleitoral:
- (A) Possuem corpo próprio, definido e exclusivo de magistrados eleitorais, sem qualquer colaboração de outros ramos do Poder Judiciário.
 - (B) Tem como órgão de jurisdição eleitoral de primeiro grau, definido pela Constituição em seu art. 118, os juízes de direito.
 - (C) Pode haver mais de um Tribunal Regional Eleitoral em cada Estado da Federação.
 - (D) É uma Justiça que compõe o Poder Judiciário da União, composta de servidores federais e cujo orçamento deve ser aprovado pelo Congresso Nacional.
 - (E) Seus juízes exercem a jurisdição eleitoral por mandato, certo e improrrogável, de 2(dois) anos.
05. Assinale a opção INCORRETA.
- (A) Compete privativamente à União legislar sobre direito agrário, marítimo, eleitoral e tributário.
 - (B) À União compete legislar sobre desapropriação, em caráter privativo.
 - (C) É da competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
 - (D) Legislar sobre procedimentos em matéria processual é da competência concorrente da União.
 - (E) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

DIREITO CIVIL

06. Sobre a personalidade jurídica da pessoa natural, assinale a opção que contém a sentença inteiramente CORRETA.
- (A) O menor de 18 (dezoito) e maior de 16 (dezesseis) anos, se vier a assumir um emprego na iniciativa privada, automaticamente será emancipado.
 - (B) Uma pessoa em coma irreversível não tem personalidade jurídica.
 - (C) No Brasil, os Estados-membros podem, por leis próprias, conceder personalidade jurídica a animais de estimação e a outros seres vivos.
 - (D) A sentença que decretar divórcio será averbada em registro público.
 - (E) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-ão mortos segundo a ordem decrescente de idade.
07. Sobre os direitos da personalidade, assinale a opção que contém a sentença inteiramente CORRETA.
- (A) O exercício dos direitos da personalidade pode sofrer limitação voluntária.
 - (B) Os direitos da personalidade são absolutos, extrapatrimoniais e perpétuos.
 - (C) A pessoa jurídica não pode sofrer dano moral.
 - (D) Não há proteção legal possível para a imagem de pessoa morta.
 - (E) O ato de disposição de próprio corpo é livre, mesmo que importe diminuição permanente da integridade física.
08. Sobre o negócio jurídico, à luz do Código Civil brasileiro, assinale a opção que contém a sentença inteiramente CORRETA.
- (A) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
 - (B) A escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à transferência de direitos reais sobre móveis.
 - (C) O silêncio importa anuência.
 - (D) A exigência de instrumento público para a formação do negócio jurídico somente pode decorrer de lei, não sendo dado às partes o direito de instituir tais exigências em negócios particulares.
 - (E) Os negócios jurídicos devem ser interpretados literalmente.
09. Sobre os contratos, assinale a opção que contém a sentença inteiramente CORRETA.
- (A) Não existem contratos unilaterais onerosos.
 - (B) Não é lícito às partes estipularem contratos atípicos.
 - (C) Contrato real é aquele que diz respeito a direito sobre imóvel.
 - (D) Os contratos onerosos podem ser comutativos ou aleatórios.
 - (E) “Negociação preliminar” é expressão que designa o “contrato preliminar”.
10. Assinale a opção que contém a sentença inteiramente CORRETA, à luz da Constituição Federal e do Código Civil brasileiro:
- (A) O direito do promitente comprador de imóvel é um direito real.
 - (B) Aquele que, não sendo proprietário de imóvel rural ou urbano, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural, de qualquer extensão, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia, adquirir-lhe-á a propriedade.
 - (C) As ilhas marítimas são sempre bens públicos.
 - (D) A aluvião dá-se quando, por força natural violenta, uma porção de terra se destacar de um prédio e se juntar a outro, caso em que o dono deste adquirirá a propriedade do acréscimo, se indenizar o dono do primeiro ou, sem indenização, se, em um ano, ninguém houver reclamado.
 - (E) É impossível a aquisição de bem móvel por usucapião.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

11. Entre as opções abaixo, assinale a que contém a descrição CORRETA de subprincípio ligado ao **princípio da oralidade**:
- (A) Uma vez incorporada uma prova aos autos, não importa quem a produziu, ela passa a ser uma aquisição do processo.
 - (B) O juiz não pode decidir além, aquém ou fora do que foi pedido pelo autor.
 - (C) A concentração da atividade probatória em uma só audiência, ou em poucas sessões próximas temporalmente, garante melhor compreensão dos fatos da causa.
 - (D) Nenhuma lesão ou ameaça a direito será excluída da apreciação do Poder Judiciário.
 - (E) O juiz da causa deve ser determinado segundo regras preexistentes ao conflito.
12. Assinale a opção que CORRETAMENTE complementa a sentença que segue, de acordo com o Código de Processo Civil vigente. O juiz dará curador especial:
- (A) Ao réu revel, citado pessoalmente.
 - (B) Ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele.
 - (C) Às pessoas jurídicas de Direito Público, quando consideradas indefesas.
 - (D) Ao réu citado com hora certa.
 - (E) Ao autor capaz que tenha ficado sem advogado no curso do processo.
13. Sobre a competência cível assinale a opção que contém uma sentença correta, de acordo com a lei, a doutrina e a jurisprudência nacionais:
- (A) Compete ao Tribunal Regional Federal decidir os conflitos de competência entre juizado especial federal e juízo federal comum da mesma seção judiciária.
 - (B) Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal suscitar conflito.
 - (C) A existência de vara privativa, instituída por lei estadual, altera a competência territorial resultante das leis de processo.
 - (D) A incompetência relativa deve ser declarada de ofício pelo juiz.
 - (E) Salvo interesses de menores, é desnecessária a intervenção do Ministério Público nos autos de conflito de competência.
14. A citação válida, como primeiro ato de chamamento do réu ao processo, produz uma série de efeitos. Assinale a opção que indica CORRETAMENTE um desses efeitos:
- (A) A citação válida suspende da prescrição.
 - (B) A citação válida torna certa a obrigação de indenizar, nas ações responsabilidade civil.
 - (C) A citação válida, exceto quando ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor.
 - (D) A citação válida induz litispendência.
 - (E) A citação válida prorroga a incompetência relativa.
15. Sobre os Juizados Especiais Federais, assinale a opção que contém uma sentença CORRETA.
- (A) Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, independentemente do valor da causa.
 - (B) O juiz não poderá, de ofício, deferir medidas cautelares no curso do processo.
 - (C) As partes serão intimadas da sentença, quando não proferida esta na audiência em que estiver presente seu representante, por publicação no órgão oficial.
 - (D) Nos Juizados Especiais Federais Cíveis, a Fazenda Pública tem prazo em dobro para a prática de todos os atos processuais.
 - (E) Cabe reexame necessário no âmbito do Juizado Especial Federal, desde que a causa envolva interesse público relevante.

DIREITO ADMINISTRATIVO

16. Sobre a Administração Pública, assinale a opção que contém a sentença inteiramente CORRETA.
- (A) A atividade administrativa compreende o serviço público, a intervenção no domínio econômico, o fomento e a polícia.
 - (B) Na atividade administrativa não se verificam atos de produção jurídica de qualquer espécie.
 - (C) Administração pública em sentido objetivo, segundo a doutrina, refere-se às pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos que exercem a função administrativa.
 - (D) A definição da função administrativa, pelo critério formal, não leva em conta o regime jurídico empregado na execução da atividade, mas sim a natureza desta.
 - (E) Administração Direta é o mesmo que administração descentralizada.
17. Sobre a origem histórica e o desenvolvimento do Direito Administrativo, assinale a opção que contém a sentença inteiramente CORRETA.
- (A) O Direito Administrativo tem sua origem ligada ao Império Romano, quando o Direito Civil foi reelaborado para atender às necessidades práticas do governo imperial.
 - (B) No Brasil, o Direito Administrativo surgiu após a II Grande Guerra, tendo em vista a forte influência norte-americana que então se verificou, notadamente no período da Guerra Fria.
 - (C) O Direito Administrativo floresceu particularmente durante períodos de governo monárquico absoluto.
 - (D) A Idade Média não encontrou ambiente propício para o desenvolvimento do Direito Administrativo como ramo autônomo do Direito.
 - (E) O conteúdo do Direito Administrativo não tem variado ao longo do tempo, sendo sempre os mesmos os temas objeto de estudo e reflexão.
18. Sobre os princípios da Administração Pública, assinale a opção que contém a sentença inteiramente CORRETA.
- (A) O princípio da legalidade consagra, no âmbito do Direito Público, a ideia de autonomia da vontade.
 - (B) O princípio da impessoalidade da Administração tem duplo significado: por um lado está ligado à finalidade pública e à isonomia em relação aos administrados; por outro, diz respeito à imputação dos atos administrativos aos entes e órgãos da Administração, não aos seus agentes.
 - (C) A presunção de legitimidade do ato administrativo não tem força suficiente para inverter o ônus da prova, em caso de impugnação do ato administrativo.
 - (D) Em razão da autotutela administrativa, é exato dizer que, dentro de certas circunstâncias, a Administração Pública não está sujeita à legalidade.
 - (E) A Administração Indireta está sujeita à hierarquia da Administração Direta.
19. Admitindo-se que um servidor público federal civil foi investido em cargo público, após aprovação em concurso, no ano de 2015, é CORRETO dizer-se que ele tem o seguinte direito:
- (A) Direito à aposentadoria calculada com base no valor integral da sua remuneração quando em atividade.
 - (B) Direito à Aposentadoria por Tempo de Contribuição, independentemente de idade mínima.
 - (C) Direito à aposentadoria por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
 - (D) Direito de reajuste da aposentadoria conforme os índices concedidos aos servidores em atividade.
 - (E) Direito à estabilidade após 2 (dois) anos de efetivo exercício do cargo público.
20. Sobre a ação de mandado de segurança, assinale a opção que contém a sentença inteiramente CORRETA.
- (A) Cabe mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
 - (B) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, elas terão de atuar em litisconsórcio ativo necessário para postularem o direito ameaçado ou violado.
 - (C) Pode ser concedida ordem de mandado de segurança mesmo contra decisão judicial transitada em julgado.
 - (D) Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.
 - (E) Concedida ou denegada a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

DIREITO PENAL

21. No tocante à teoria do crime, é CORRETO afirmar que:
- (A) A análise sobre o nexo de causalidade ocorre principalmente quando do estudo da antijuridicidade.
 - (B) É possível que um fato deixe de ser típico em razão do grau de agressão ao bem jurídico.
 - (C) A inexigibilidade de conduta diversa tem previsão expressa no Código Penal.
 - (D) A legítima defesa não admite juízo de ponderação sobre os bens jurídicos envolvidos.
 - (E) Não há casos de exclusão da aplicação da pena se o fato for típico e antijurídico.
22. Quanto ao princípio da insignificância e sua aplicação judicial, NÃO é correto afirmar:
- (A) Tem como uma de suas balizas a inexpressividade da lesão.
 - (B) O grau de reprovabilidade da conduta tem relação com a aplicação do princípio.
 - (C) Se determinado crime não tem elevado grau de periculosidade social, é possível o reconhecimento da incidência do princípio da bagatela.
 - (D) A insignificância é valorada em sede de culpabilidade do agente, segundo a teoria finalista da ação.
 - (E) Há casos de sua aplicação em crimes ambientais.
23. Sobre a pena de prestação de serviços à comunidade, é CORRETO afirmar:
- (A) É aplicável às condenações superiores a seis meses de privação de liberdade.
 - (B) Existe possibilidade de pagamento de remuneração ao apenado.
 - (C) O Juiz deve direcionar a prestação de serviços apenas a entidades cadastradas no CEBAS.
 - (D) A pena deve ser cumprida à razão de duas horas de trabalho por dia de condenação.
 - (E) Não há casos de cumprimento da pena em tempo reduzido.
24. Na temática do concurso de pessoas para o cometimento de infrações penais, é verdadeiro:
- (A) Como regra geral, o código adotou a teoria dualista para explicar o concurso de agentes e sua relação com o crime.
 - (B) A cumplicidade é uma das formas admitidas para a coautoria.
 - (C) A teoria do domínio funcional dos fatos explica bem a coautoria entre os agentes, e tem sido admitida em nossa jurisprudência.
 - (D) A participação de menor importância implica em pena reduzida pelo intervalo entre um sexto e metade da pena.
 - (E) As circunstâncias e condições de caráter pessoal, ainda que não sejam elementares do crime, comunicam-se entre os agentes.
25. NÃO é uma circunstância agravante ter o agente cometido o crime:
- (A) por motivo fútil ou torpe.
 - (B) para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.
 - (C) à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido.
 - (D) com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum.
 - (E) em estado de embriaguez voluntária.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

26. Considerando os casos em que o acusado, citado por edital, não comparecer nem constituir advogado, o juiz:
- (A) poderá determinar a antecipação da prova testemunhal, sendo o caso de produzi-la na presença apenas do membro do Ministério Público.
 - (B) poderá tomar o depoimento antecipado de testemunha nos casos de enfermidade ou velhice, apenas nestes casos.
 - (C) é possível determinar a produção antecipada das provas, fundamentando a medida com os prejuízos da passagem do tempo.
 - (D) também ocorre suspensão do processo nos casos de citação pessoal com posterior ausência do réu.
 - (E) deverá decretar a prisão preventiva em todos os casos.

27. No procedimento dos juizados especiais criminais, inclusive no âmbito da Justiça Federal:
- (A) a apelação tem prazo de interposição de 10 (dez) dias, contados da ciência da sentença, sendo apresentado por petição escrita, abrindo-se vista depois para as respectivas razões no prazo de 03 (três) dias.
 - (B) a sentença no âmbito dos Juizados Especiais Criminais sempre conterà relatório, fundamentação e dispositivo.
 - (C) os embargos de declaração não tem o condão de suspender o prazo de outros recursos.
 - (D) a prática de atos processuais em outras comarcas pode ser solicitada por qualquer meio idôneo de comunicação.
 - (E) não haverá adiamento de atos em nenhuma situação, ficando vedada a determinação de condução coercitiva de quem deva comparecer.
28. O inquérito policial:
- (A) é peça considerada necessária para a propositura da ação penal, porém não pode embasar com exclusividade a prolação de sentença condenatória.
 - (B) não pode ser retomado caso anteriormente arquivado por decisão judicial que reconheceu a atipicidade do fato.
 - (C) deve terminar no prazo de 10 (dez) dias, se o indiciado estiver preso, prazo que, se excedido, levará sempre a constrangimento ilegal, causando prejuízo para todo o processo penal.
 - (D) pode ser instaurado de ofício nos casos que envolvem a apuração de crime de ação penal pública condicionada.
 - (E) sendo procedimento de natureza pré-processual, não pode gerar coisa julgada material.
29. Na sentença condenatória, o juiz:
- (A) não necessariamente deve fundamentar a necessidade de manutenção de prisão preventiva.
 - (B) não pode reconhecer circunstâncias agravantes nos casos em que a denúncia não tenha narrado.
 - (C) pode atribuir ao fato classificação jurídica diversa, sem modificar a narrativa fática contida na denúncia ou na queixa.
 - (D) não pode fixar indenização, vez que esta deve ser buscada via ação civil “ex delicto”.
 - (E) não deve fixar regime de cumprimento da pena em casos de substituição da pena privativa de liberdade.
30. No tocante ao direito de defesa no inquérito policial, a autoridade policial poderá negar ao defensor o acesso:
- (A) elementos de prova cobertos pelo sigilo.
 - (B) termos de depoimentos prestados pela vítimas, em qualquer caso.
 - (C) elementos de prova que o próprio Delegado considera irrelevantes.
 - (D) em caso de indiciamento, deve negar acesso a elementos de prova que conduziram a autoridade policial à decisão de indiciamento.
 - (E) a provas que já foram produzidas e inseridas no bojo dos autos do inquérito.

DIREITO TRIBUTÁRIO

31. Não se reserva à legalidade estrita em matéria tributária:
- (A) a instituição de tributos, ou a sua extinção.
 - (B) a majoração de tributos, ou sua redução, com algumas ressalvas previstas no CTN.
 - (C) a definição do fato gerador da obrigação tributária principal, também com curtas ressalvas no próprio CTN.
 - (D) a fixação de alíquota do tributo e da sua base de cálculo, como regra geral.
 - (E) a data de vencimento do imposto, como regra geral.
32. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos, EXCETO:
- (A) os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
 - (B) as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.
 - (C) as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas.
 - (D) os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - (E) a jurisprudência dos Tribunais.

33. De acordo com o CTN, quando ausente disposição legal expressa, NÃO pode a autoridade tributária, para preencher o vazio normativo, utilizar:
- (A) a analogia. (D) a razoabilidade.
 (B) os princípios gerais de direito tributário. (E) a equidade.
 (C) os princípios gerais de direito público.
34. Acerca do Lançamento, assinale a opção CORRETA.
- (A) Compete privativamente apenas à autoridade administrativa constituir o crédito tributário, não sendo possível a participação do contribuinte nesse processo, uma vez que se trata de procedimento administrativo de natureza vinculada.
 (B) quando o valor tributário esteja expresso em moeda estrangeira, no lançamento far-se-á sua conversão em moeda nacional ao câmbio do dia da ocorrência do fato gerador da obrigação.
 (C) O lançamento se reporta à data do fato gerador, mas segue as modificações legais posteriores, em observância ao princípio do “tempus regit actum”, como regra geral.
 (D) O lançamento admite sua modificação diante do chamado “erro de direito”.
 (E) A modalidade lançamento de ofício não pode ser utilizada supletivamente em relação a outras modalidades de lançamento.
35. É modalidade de suspensão do crédito tributário, EXCETO:
- (A) moratória.
 (B) o depósito do seu montante integral.
 (C) as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo.
 (D) a concessão de medida liminar em mandado de segurança.
 (E) a compensação.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

36. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativas dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à:
- (A) saúde e previdência social.
 (B) saúde e assistência social.
 (C) previdência social e assistência social.
 (D) saúde, previdência social e assistência social.
 (E) saúde, previdência social, assistência social e educação.
37. Sobre as ações e serviços públicos de Saúde, é CORRETO afirmar:
- (A) Integram uma rede estadualizada e hierarquizada e constituem um sistema único de saúde.
 (B) O sistema único de saúde (SUS) adota como diretrizes a descentralização, com direção única em cada esfera de governo; o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais e a participação da comunidade.
 (C) O SUS será financiado exclusivamente com recursos do orçamento da seguridade social, de todos os entes federados.
 (D) Não há um percentual mínimo, do orçamento anual, a ser aplicado pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em ações de saúde.
 (E) Incumbe ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente, por terceiros e por pessoa jurídica de direito privado, mas nunca por pessoa física.
38. Sobre a Previdência Social, é INCORRETO afirmar:
- (A) É organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
 (B) Tem como objetivo a cobertura de eventos ligados à doença, invalidez, morte e idade avançada.
 (C) Os benefícios salário família e auxílio reclusão são destinados aos dependentes dos segurados, ainda que não considerados de baixa renda.
 (D) É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, nos termos da lei.
 (E) Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

RASCUNHO

**TRANSCREVA A
RESPOSTA DA QUESTÃO
DISCURSIVA PARA
ESTE ESPAÇO**

Reservado para Copese:

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	